Bolsas
Na quarta-feira
0,77% São Paulo
1,63% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
100.922 — 100.220
17/3 20/3 21/3 22/3

Dólar
Na quarta-feira
R$ 5,237
(- 0,17%)

Últimos	
16/março	5,239
17/março	5,270
20/março	5,243
21/março	5,245

Salário mínimo
R$ 1.302

Euro
Comercial, venda na quarta-feira
R$ 5,689

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,65%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84

GUERRA DOS JUROS

BC resiste à pressão e mantém taxa básica

Comitê de Política Monetária confirma expectativas do mercado e determina a Selic a 13,75% mais uma vez. Enquanto o ministro Haddad considera a decisão "preocupante", a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, ataca Roberto Campos Neto

» ROSANA HESSEL

Apesar dos ataques do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de vários ministros e políticos, o Banco Central manteve-se inabalável na condução da política monetária e não deu sinais de quando pretende começar a reduzir os juros. Em termos reais, descontada a inflação, a taxa praticada no Brasil permanece no topo dos rankings globais.

O Comitê de Política Monetária (Copom), na segunda reunião do ano, ontem, decidiu manter a taxa básica da economia (Selic), em 13,75% ao ano para os próximos 45 dias, pela 5ª vez consecutiva. A decisão, que era esperada pelo consenso do mercado financeiro, foi unânime.

Além de não sinalizar quando deverá reduzir a Selic, o Banco Central deu uma resposta dura às críticas do governo. No comunicado, a autoridade monetária deixou a porta aberta para uma eventual alta da Selic se as pressões inflacionárias ganharem corpo. "O Comitê enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado", destacou o texto da nota do Copom.

O colegiado do BC reconheceu que o ambiente externo se deteriorou na comparação com a reunião anterior, ocorrida em fevereiro, e não deixou de destacar as incertezas na questão fiscal, devido à indefinição do novo arcabouço fiscal e seus impactos sobre as expectativas para a trajetória da dívida pública. No texto ainda reforçou que "segue vigilante, avaliando se a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por período prolongado será capaz de assegurar a convergência da inflação".

> **O Comitê enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado"**
>
> ***Comunicado do Copom após a divulgação da taxa Selic a 13,75%***

Dobrando a aposta

A decisão do Copom desagradou o governo e representantes da indústria, mas não surpreendeu analistas do mercado. "O Copom resolveu dobrar a aposta, olhando para frente essa inflação de 2024, que é o foco principal deles e cujas expectativas pioraram desde a última reunião do Copom nos modelos do BC. Com isso, a autoridade monetária subiu o tom neste momento, até para se resguardar da pressão política que está ocorrendo e deve aumentar nas próximas semanas por consequência da decisão e pelo tom que foi colocado no comunicado", avaliou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Segundo ele, resta ao governo acelerar a proposta do novo arcabouço fiscal antes da próxima reunião do Copom, que ocorrerá em 2 e 3 de maio. "Se a regra nova for excelente e robusta, sem artifícios para desmontar o regramento, sem interferências internas do governo ou por parte do Congresso, o Banco Central poderá começar a pensar em baixar a taxa Selic nas próximas reuniões. O governo precisa ter esse entendimento", avalia.

Sergio vê espaço para queda da Selic apenas no terceiro trimestre deste ano. Mas se quiser abrir um espaço para queda em junho, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, precisará negociar um arcabouço fiscal que recupere a credibilidade. "O que menos precisa agora é o governo se unindo para continuar atacando o BC. Ele deve entender o recado do Copom para que ele consiga ter espaço para baixar a Selic", completou.

Duas horas depois da divulgação da decisão do Copom, o ministro Fernando Haddad, quebrou o protocolo e resolveu comentar o comunicado do Comitê e afirmou que o classificou como duro e "muito preocupante". Para Haddad, o BC não considerou os dados divulgados, ontem, no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, que melhorou a previsão para o rombo fiscal deste ano, confirmando as projeções da pasta feitas em janeiro de melhora nas receitas.

Haddad criticou ainda a possível alta de juros mencionada pelo BC, "em um momento em que a economia está se retraindo e que o crédito está com problemas, sobretudo para as empresas e para as famílias". E prosseguiu: "O comunicado preocupa bastante, porque, a depender das futuras decisões, nós podemos inclusive comprometer o resultado fiscal". O ministro descreveu um cenário desolador. "Daqui a pouco, você vai ter problemas das empresas para vender, recolher impostos… A nossa preocupação é essa", afirmou.

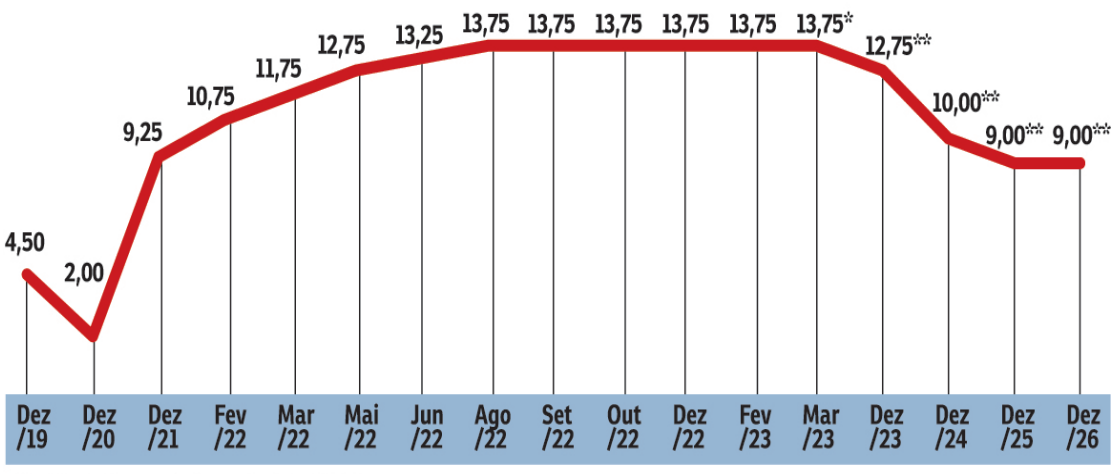
Em tom mais incisivo, Gleisi Hoffmann atacou o presidente do BC, Roberto Campos Neto. "Explica como empresários podem captar recursos com os maiores juros do mundo? Como investir se o dinheiro aplicado rende 8% reais? Você não entendeu seu compromisso com o Brasil? Seus juros só beneficiam o rentismo e quem não produz. Sua política monetária já foi derrotada", escreveu em uma rede social. Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) considerou a decisão do Copom "equivocada" e a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) disse que os juros "são entraves ao desenvolvimento econômico do Brasil e podem prejudicar a geração futura de emprego".

Nas alturas

Pela quinta reunião consecutiva, o Comitê de Política Monetária (Copom) decide manter a taxa básica da economia (Selic) em 13,75%



EVOLUÇÃO DOS JUROS BÁSICOS
Taxa Selic – Em % ao ano



*Decisão do Copom desta quarta-feira (22/3)
**Mediana das projeções do mercado coletadas pelo Banco Central no boletim Focus em 17/03

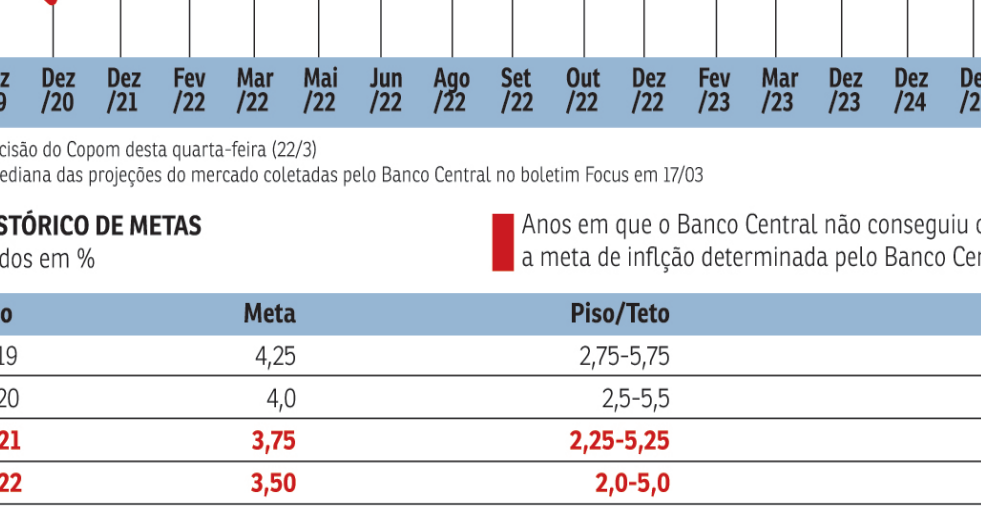
HISTÓRICO DE METAS
Dados em %
Anos em que o Banco Central não conseguiu cumprir a meta de inflção determinada pelo Banco Central.

Ano	Meta	Piso/Teto	IPCA
2019	4,25	2,75-5,75	4,31
2020	4,0	2,5-5,5	4,52
2021	**3,75**	**2,25-5,25**	**10,06**
2022	**3,50**	**2,0-5,0**	**5,79**
2023	3,25	1,75-4,75	5,95*
2024	3,0	1,50-4,50	4,11*
2025	3,0	1,50-4,50	3,90*

*mediana das estimativas do mercado coletada pelo Banco Central no boletim Focus em 17/3

RANKING GLOBAL
Após decisão do Copom, taxa de juros real (descontada a inflação) do Brasil continua na liderança mundial, conforme dados da Infinity

Taxa real ex-ante*



*descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses
Fontes: Banco Central e Infinity Asset Management

Fed anuncia nova alta

Na chamada "superquarta", com decisão dos comitês de política política monetária do Brasil (Copom) e dos Estados Unidos (Fomc), os mercados financeiros fecharam em queda. A apreensão veio especialmente após o Federal Reserve (Fed, banco central norte-americano) manter o ciclo de alta dos juros e sinalizar que não pretende reduzir as taxas, mesmo com um cenário com quebra de bancos nos Estados Unidos e na Europa.

Ontem, o Fed aumentou a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual elevando o intervalo para 4,75% a 5%, maior patamar desde 2007. A redução no ritmo de alta dos juros, que estava em 0,50 ponto, era esperada pela maioria dos analistas de mercado. A decisão foi unânime.

"O sistema bancário dos EUA é sólido e resiliente. Acontecimentos recentes devem resultar em condições de crédito mais restritivas para famílias e empresas e pesar na atividade econômica, nas contratações e na inflação. A extensão desses efeitos é incerta. O Comitê permanece altamente atento aos riscos de inflação", destacou o Fomc, no comunicado da 9ª alta consecutiva.

A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) encerrou o dia com queda de 0,77%, a 100.220 pontos, acompanhando o mau humor do mercado norte-americano. O Índice Dow Jones fechou o pregão com recuo de 1,63%.

Para analistas, o Fed ainda procura mensurar a extensão da crise bancária, e, principalmente, o impacto na economia. "Por isso, sinalizaram que devem ir devagar na condução da política monetária", destacou Marco Caruso, economista-chefe do banco Original.

O economista e consultor André Perfeito prevê um cenário "ruim e desastroso". "O ruim é a elevação dos juros de curto prazo, mas o mercado pode ver nisso maior comprometimento do BC brasileiro em perseguir a meta em 2024 e, assim, a parte longa da curva cai, atenuando no longo prazo a alta no curto".

» Brasil é campeão de juros reais

De acordo com levantamento da Infinity Asset Management, o Brasil reforçou sua liderança no ranking global de juros reais. Descontando a inflação estimada para os próximos 12 meses, a taxa real de juro brasileira ficou em 6,94% ao ano, em um ranking de 40 países. "Não faltam argumentos para a Selic cair. Nada justifica uma taxa de juros de 13,75% ao ano", criticou Miguel de Oliveira, diretor-executivo de Estudos e Pesquisas Econômicas Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).